

1  
1  
2  
3  
4  
5  
6

ATA DA ~~OCTOGÉSIMA QUINTA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA~~  
REUNIÃO ORDINÁRIA ~~ORDINÁRIA~~ DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –  
CONSEMA

7Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e seis realizou-se a Octogésima Quinta Reunião Ordinária  
8do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à rua Carlos Chagas, n.º 55 – 11º andar –  
9sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, com a presença dos  
10seguintes Conselheiros: **Sr. Cláudio Dilda**, Secretário de Meio Ambiente; **Sr. Quintiliano Machado**  
11**Vieira**, Representante do secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Ebersson Thimmig Silveira**,  
12Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; **Sra. Marilene Kostelnaki Franco**,  
13Representante do Secretário da Cultura; **Sr. Ronaldo Nery**, Representante do Secretário de Obras  
14Públicas e Saneamento; **Sra. Vera Regina Morandi Sehn**, Representante do Secretário da Coordenação e  
15Planejamento; **Sr. Elson Roberto Mello da Silva**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr.**  
16**Luiz Alberto Carvalho Júnior**, Representante Suplente dos Amigos da Floresta; **Sra. Elizabete Maria**  
17**Zanin**, Representante Titular da Instituição Universitária Privada; **Srs. Paulino Olivo Donatti e Elton**  
18**Roberto Weber**, Representantes Titular e Suplente da FETAG; **Sr. Clóvis Zimmer**, Representante Titular  
19da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Luiz Antônio Borges**  
20**Germano da Silva**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul;  
21**Sr. Carlos Termignoni**, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do  
22Sul; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**, Representante Suplente do Corpo Técnico da FEPAM; **Sr. Jackson**  
23**Müller**, Representante Suplente da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Jackson  
24Muller, DIRTEC/FEPAM; Alexandre Bugin, ABES; Mauro Gomes de Moura, **Assessor do Diretor-**  
25**Presidente** Técnico da FEPAM; Lisandro Totch Bonatto, Espumoso; Valério da Cunha Oliveira,  
26SAAVE/COVIMA; Mara Suzana F. da Silva, SEMA/ASSJUR; Carlos R. Schreiner, F2B; João Paulo  
27Steiglfeder, DEFAP/SEMA; Cristiano Machado, Prefeitura de Viamão; Rogério Dewes, DRH/SEMA;  
28Alex Neves Strey, GAB/SEMA; Sidnei Bruschi, FIERGS; Paulo Sérgio Fabres, Secretaria da Agricultura;  
29Carlos Marchiori, SAAVE/RS; Sirlei Lambert, FEPAM e Leandro C. Pinto, SEMA. Os trabalhos foram  
30abertos e presididos pelo Sr. Cláudio Dilda, Representante da FAMURS. **Pauta: 1. Discussão da Ata 84º**  
31**da Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Habilitações de Municípios; 4.**  
32**Apresentações pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente e do Presidente da FEPAM sobre as**  
33**metas do Governo no tocante a Política Ambiental; 5. Apresentação do trabalho pela efetivação da**  
34**APA do Banhado Grande pela ONG SAALVE; 6. Assuntos gerais. Sr. Presidente:** Srs.  
35Conselheiros, boa-tarde. Atingimos o *quorum* regimental mínimo, o que nos permite dar início a nossa 85ª  
36Reunião Ordinária deste Conselho Estadual de Meio Ambiente. Bem-vindos e vamos, então, de imediato  
37aos trabalhos, inicialmente, informando os Srs. Conselheiros que o Presidente Valtemir Goldmeier, por  
38questões de saúde, comunicou a não possibilidade de presidir a reunião de hoje, razão pela qual a SEMA,  
39como Secretaria Executiva, o faz em caráter de suplência. Passamos de imediato à discussão da Ata da 84ª  
40Reunião Ordinária do CONSEMA, e de acordo com procedimentos acordados por este Plenário  
41submetemos à aprovação, lembrando que as correções devem ser encaminhadas à Secretaria Executiva  
42para que da Ata constem. Submeto, então, à avaliação dos Srs. Conselheiros a aprovação ou não da Ata da  
4384ª Reunião. **aprovada.** Passamos para o ponto seguinte da nossa Pauta. Temos algumas comunicações,  
44vou pedir para o Mauro fazer a leitura. 2. Comunicações. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Bom dia,  
45senhores e senhoras. O CONSEMA recebeu da Câmara Técnica Permanente de Mineração a Resolução  
46CONSEMA sobre dragas, um ofício encaminhado dia 29-11-05: *A Câmara Técnica Permanente de*  
47*Mineração, após várias reuniões, aprovou em 24-11-05 a minuta de resolução do CONSEMA relativo às*  
48*dragas, cujo texto segue anexo para análise e aprovação desse CONSEMA. A resolução vai ser*  
49*encaminhada agora para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.* O CONSEMA recebeu do Presidente  
50da FEPAM ofício datado de 12-12-05: *Encaminhamos em anexo a minuta de proposta de resolução do*  
51*Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, visando: 1 – regulamentação da publicação de*  
52*pedido e licenciamento ambiental de competência estadual; 2 – estabelecimento de limites máximos de*  
53*emissão para poluentes atmosféricos gerados por fontes novas fixas (caldeiras com queima de carvão,*  
54*mineral para geração de vapor de processo e/ou energia elétrica).* A primeira resolução vai ser  
55encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e a segunda para a Câmara Técnica Permanente  
56de Qualidade do Ar. Correspondência da CAVO, datada de Curitiba, 07-12-05, dirigido ao Presidente do  
57CONSEMA: *Prezado Senhor, a CAVO Serviço e Meio Ambiente SA., na condição de empresa prestadora*  
58*de serviços de tratamento de resíduos de saúde, sabendo das dificuldades para o destino final dos*  
59*resíduos de saúde da Capital e região metropolitana, devido à determinação de suspensão da liminar que*  
60*mantinha a vala séptica do Aterro do Santa Tecla, coloca à disposição as suas dependências, que pode*  
61*ser a solução. Estamos instalados com a central de tratamento de resíduo sólido de saúde no bairro*

6

7

62Restinga, com capacidade para 5 t/dia, sendo que hoje estamos tratando apenas os resíduos gerados pela  
63Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em um total de 1 t/dia. As nossas instalações já foram vistoriadas  
64pelos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre – SMAM, bem como por técnicos da  
65Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, culminando com a emissão da  
66licença de operação LO n.º 130/05, através do qual podemos conferir a capacidade ociosa hoje instalada  
67e disponível para o atendimento da demanda que ora se apresenta, outrossim, colocamos à disposição.  
68Merlino Prestes Júnior – Superintendente da CAVO. Correspondência da Secretaria de Meio Ambiente –  
69DEFAP, datada de 10-11-05, é uma correspondência dirigida ao Diretor do DEFAP, depois encaminhada  
70ao CONSEMA: Prezado Senhor, tendo em vista a recente Resolução CONSEMA n.º 110/05, que amplia o  
71rol de atividades da Resolução CONSEMA n.º 102/05, no seu anexo III, item II, contraria o disposto no  
72art. 2, Decreto Estadual n.º 43.324, de 31-08-04, que regulamenta o Sistema de Controle de Produtos  
73Florestais Nativos no Território do Rio Grande do Sul e a nova TPF/RS. Recomenda-se a supressão do  
74texto do item

**3. Calendário de Reuniões de 2006; 4. Habilitação de Municípios; 5. Apresentação do Programa Estadual de Incentivo ao Plantio de Florestas; 6. Apreciação de Resoluções; 7. Assuntos Gerais.**

77

78

79

80

81

82(Encerra-se a reunião às 12h29min).

83**1. Discussão da Ata 84ª da Reunião Ordinária do CONSEMA. Sr. Clóvis Zimmer:** Só uma correção  
84na linha 49, onde cita “Dr. Valdo Mazzola Filho”, o nome é “Torvaldo Mazzola Filho”. **Sr. Presidente:**  
85**Mais alguma correção?** Submetemos, então, à votação. Conselheiros favoráveis, por gentileza, levantem  
86seu crachá de votação; contrários; abstenções. Então, **aprovada** por unanimidade dos Conselheiros  
87**presentes. Passamos para as Comunicações.**

88 Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e quatro realizou-se a Sexagésima Primeira  
89 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos  
90 Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e dezesseis minutos, com a presença dos  
91 seguintes Conselheiros: Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha, Representante do Secretário Estadual do  
92 Meio Ambiente; Sr. Marcos Palombini, Representante do Secretário da Agricultura e  
93 Abastecimento; Sra. Rosane Heidrich, Representante do Secretário da Saúde; Sr. Manoel Augusto  
94 da Luz Coelho, Representante do Secretário da Cultura; Sr. Paulino Olivo Donatti, Representante  
95 Suplente da FETAG; Sr. Roberto Carlos da Silva Alves, Representante Suplente dos Comitês de  
96 Bacias Hidrográficas; Sr. Mauro Gomes de Souza, Representante da FEPAM; Sra. Sandra Garcia  
97 Polino, Representante do Secretário de Educação; Sra. Diara M. Sartori, Representante Suplente do  
98 IBAMA; Sr. Eduardo Osório Stumpf, Representantes Titular e Suplente do Corpo Técnico da  
99 FEPAM; Sr. Ronaldo Nery, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; Sr. Luiz  
100 Valdir Andres, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; Sr. Florivaldo  
101 Pereira Damasceno, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; Sr. Geraldo André Susin,  
102 Representante Titular da ALGA; Sra. Maria Odete da Rosa Pereira, Representante Suplente do CEA;  
103 Sr. Clóvis Zimmer, Representante Titular da FIERGS; Sr. José Lauro de Quadros, Representante  
104 Titular da FARSUL; Sr. Valtemir Goldmeier, Representante Suplente da FAMURS. Participaram  
105 também o Sr. Rodrigo Tellechea, Comitês e Bacias; Sra. Marilene Kostelnaki, SEDAC; Sr.  
106 Alexandre Bugin, ABES; Sra. Carmem M. Franco, FEPAM; Sr. Luiz Antônio T. Grassi, ABES;  
107 Sra. Maria Isabel S. Chiappetti, FEPAM; Sr. Ivo Lessa Silveira Filho, FEPAM; Sr. Paulo Roberto  
108 da Rocha, FEPAM; Sra. Silvana Schmidt, Ambiente Já. Os trabalhos foram presididos pelo Sr.  
109 Mauro Gomes de Souza, Representante da FEPAM. Pauta: 1. Aprovação da Ata da 60ª Reunião  
110 Ordinária do CONSEMA; 2. Encaminhamento da Revisão da resolução CONSEMA 05/98; 3.  
111 Proposta de Criação de Câmara Técnica para Elaboração do Plano de Controle de Poluição  
112 Veicular - PCPV; 4. Proposta de Reativação da Comissão Interinstitucional de Educação  
113 Ambiental; 5. Proposta de Decreto Instituído o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas; 6.  
114 Assuntos Gerais. Sr. Presidente: Boa-tarde, senhoras e senhores. É um prazer estar aqui em nome  
115 do Prof. Cláudio Dilda, Presidente do CONSEMA, representando e dirigindo os trabalhos, já que o  
116 Dr. Cláudio está de férias. Vamos primeiro às comunicações que foram efetivadas junto à Secretaria  
117 Executiva do CONSEMA. Nós recebemos Ofício n.º 07/2004, da UNE, que comunica que a  
118 Representante Titular da Instituição Universitária Privada, junto ao CONSEMA, Sra. Elisabete  
119 Zamin, está em impossibilidade de participar desta reunião por encontrar-se em férias. Recebemos  
120 o Ofício 09/2004, da NATE, informando a impossibilidade de seus representantes, Sra. Lúcia Ortis e  
121 Káthia Vasconcellos Monteiro, de participarem desta reunião, em razão da Titular encontrar-se em  
122 licença maternidade e a Suplente estar em Criciúma para participar da Audiência Pública para  
123 instalação de termocéltrica carvão naquela região. O Programa Energia é uma das prioridades da  
124 Entidade, sendo o programa contra o uso do carvão mineral a principal prioridade. O Núcleo  
125 Amigos da Terra estará representado pela Geóloga Nely Brown. Ofício NATE, encaminhando o  
126 CONSEMA correspondência que trata do licenciamento ambiental da Rota do Sol. Ofício do  
127 Representante Titular da Instituição Universitária Pública, Sr. Sérgio Luís de Carvalho Leite,  
128 justificando sua ausência, bem como a de sua Suplente, Sra. Maria Teresa Raia Rodrigues, nesta  
129 reunião, em razão de estarem de férias nesta data. Ofício da Sociedade de Engenharia do Rio  
130 Grande do Sul, comunicando a impossibilidade da participação e sua representação nesta reunião,  
131 em razão de férias do Titular e Suplente neste período. Um convite: a Secretaria Estadual do Meio  
132 Ambiente – SEMA, comunica a realização do Seminário de Capacitação para Assessor Jurídico  
133 Municipais para o Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local. Ocorrerá dentro das  
134 atividades do Projeto SIGA/RS, no dia 10-03-04, às 13 horas, no Auditório do Centro  
135 Administrativo, situado à Av. Borges, n.º 1.501. Temos o ofício do SERMA, que vou lê-lo. O Comitês  
136 Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, no Rio Grande do Sul, em correspondência  
137 datado de 30-01-04, que leva o número Ofício SERMA 07/04, diz o seguinte, dirigido ao Sr.  
138 Presidente do CONSEMA: Prezado Sr. Presidente, o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da  
139 Mata Atlântica e o Conselho Estadual do Meio Ambiente tem trabalhado em consonância nos  
140 assuntos referente à reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, procurando  
141 encontrar e promover a relação harmônica entre os seres humanos e a natureza. Atendendo ao que  
142 estabelece o CONSEMA n.º 01/97, e a Lei Federal n.º 9.985/00, e o Decreto Federal 4.340/02, o















259 Engenharia talvez seja uma das Entidades também, porque o CREA não está presente no Conselho.  
260 Então, por meio da Sociedade de Engenharia talvez seria uma Entidade. Acho que deve ser, porque  
261 envolve profissionais. Sr. Presidente: Os Srs. Conselheiros que aprovam a criação da Câmara  
262 Técnica temporária com os membros que foram citados, por favor, manifestem-se os favoráveis.  
263 Está em votação, Srs. Conselheiros (Quatorze votos). Os que são contra a criação da câmara.  
264 Alguém se abstém? Aprovado por unanimidade. A Secretaria de Minas e Energia, SEDAE,  
265 Universidade, FEPAM. As duas universidades, na realidade, a pública e a privada têm trabalhos na  
266 área, a UNISINOS tem bons trabalhos na área, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem  
267 bons trabalhos na área. Não sei, deixaria à decisão da universidade, poderia ser as duas também. E  
268 mais a ABES e o CREA. Com a aprovação da inversão de pauta, solicito a Proposta de Decreto  
269 Instituinto o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas. Os senhores receberam o material na  
270 pasta sobre esse assunto. Passo a palavra ao Eng. Bugin para e faça a manifestação com relação a  
271 esse assunto. 5. Proposta de Decreto Instituinto o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas. Sr.  
272 Alexandre Bugin: Eu só vou fazer a introdução. Na verdade, a ABES é uma Entidade que vem  
273 trabalhando muito ativamente nessa questão da água, desde a criação da Semana da Água no  
274 Estado foi a Entidade que promoveu desde o início, e nós temos tido uma atuação muito forte dentro  
275 dos comitês e bacias, temos uma Câmara Técnica que trata somente das questões que envolvem  
276 recursos hídricos. E uma das pessoas que fazem parte, talvez seja um dos nomes mais conceituados e  
277 experientes no Estado, foi um dos mentores do próprio sistema, que é o Luiz Grassi, que está aqui  
278 presente, é o nosso coordenador da Câmara Técnica. Então, ele é o mentor dessa proposta do ano  
279 das águas e a idéia hoje é fazer um apresentação rápida para ele apresentar como está sendo  
280 trabalhado e como está em andamento no Estado. Sr. Luiz Antônio Grassi: Boa-tarde a todos. Nós  
281 na Câmara Técnica de recursos Hídricos da ABES, onde surgiu essa proposta, diz que o ano de 2004  
282 seja declarado o Ano Estadual das Águas, essa proposta teve como mote o fato de que neste ano se  
283 comemora os dez anos da lei 10.350, de 30-12-94, que foi a lei que criou o sistema de recursos  
284 hídricos do Rio Grande do Sul. Essa lei, na verdade, vem cumprir um preceito constitucional, o art.  
285 171, da Constituição do Estado, que definia a obrigatoriedade de ser instituído um Sistema Estadual  
286 de Gestão das Águas. Então, a Lei 10.350/94, a Lei das Águas do Rio Grande do Sul, neste ano de  
287 2004 cumpre o seu décimo ano, e cumpre já com um saldo bastante positivo. Acredito que os  
288 Conselheiros do CONSEMA tenham um conhecimento da lei, em todo o caso, quem não teve o texto  
289 da lei pode procurá-la junto ao site da Secretaria de Meio Ambiente, do Conselho de Recursos  
290 Hídricos. Ainda existem alguns exemplares da legislação incluindo a lei, mas já são poucos. Então, o  
291 mais oportuno seria procurá-lo no site da Secretaria de Meio Ambiente. Essa Lei 10.350/94 institui o  
292 sistema, estabelece os instrumentos de gestão e começa estabelecendo os princípios e diretrizes; ou  
293 seja, a parte normativa dessa lei. E depois a parte administrativa que é o sistema com todos os seus  
294 elementos, o Conselho de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia, o Departamento de Recursos  
295 Hídricos, as agências de regime demográfico, que é o único elemento do sistema ainda não criado  
296 pelo Governo, e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental que já preexistia integrada ao Sistema  
297 de Gestão das Águas. E estabelece os instrumentos de gestão também. Estão faltando ali os  
298 instrumentos de planejamento, o plano de bacias, o plano estadual e os instrumentos operativos, a  
299 outorga, a cobrança pelo uso da água e o rateio de custos. E ainda a lei define as três regiões  
300 hidrográficas do Rio Grande do Sul. Hoje em dia temos dos 25 comitês previstos, a maioria já  
301 instalada, funcionando, e temos os outros já em fase de implantação. Paralelamente tivemos  
302 conhecimento também, isso já depois de começado o encaminhamento da proposta do Ano Estadual  
303 das Águas, um fato que vem muito ao encontro dessa proposta, que a 58ª Assembléia da ONU  
304 aprovou a instalação do Decênio Internacional – Água para a vida, a partir de 2005, com início no  
305 dia mundial da água, 22-03, do ano que vem. Naturalmente, como decênio vai até 2015. É uma  
306 tentativa talvez de recuperar um pouco o anterior decênio das águas, que foi praticamente perdido,  
307 que não revelou grandes avanços, que se deu na década de 90. Então, esse é outro fator. Agora, o  
308 que também originou, deu bastante alento a essa proposta foi a experiência que temos no Rio  
309 Grande do Sul com a Semana da Água, que se realiza todos os anos, em outubro, em outubro do ano  
310 passado foi a décima semana. Nós temos, e para quem quiser, a ABES tem disponível o livro  
311 comemorativo dos dez anos, da Décima Semana Água, e essa semana originariamente é uma semana  
312 interamericana, aliás, é o dia interamericano da água, que foi proposto e criado no Congresso da  
313 associação Interamericana de . E, ípivel

35 Ata da 856ª Reunião Ordinária do CONSEMA – 1919-0502-2006.4

36

37

314 \_\_\_\_\_

315 \_\_\_\_\_

316-**2. Comunicações. Sra. Liliani:** Justificativa de ausência do Presidente por motivo de saúde. Justificativa  
317de ausência da representante da Secretária de Saúde, por encontro no Ministério da Saúde. Justificativa de  
318ausência do IBAMA devido à greve e justificativa do CEA. A representante da Secretaria de Coordenação  
319e Planejamento para esta reunião é a Sra. Vera Sehn. O representante da Secretaria de Obras Públicas é o  
320Sr. Ronaldo Nery. O representante da Agricultura e Abastecimento para esta reunião é o Sr. Paulo Fabres.  
321E-mail da AGAPAN comunicando que o Ofício n.º 020, a respeito da moção da FARSUL foi recebido  
322ontem, por isso não teve prazo para se manifestar. Comunicação que a nova Secretária Executiva do Pr-  
323Guaíba é a Sra. Ana Elizabete Carrara. Ofício da AGAPAN n.º 020/06, que solicita a anulação da reunião  
324do CONSEMA, realizada no dia 28-04-06. **Sr. Presidente:** A representação da AGAPAN? A AGAPAN  
325está ausente. Temos aqui mais uma informação relacionada ao Ofício n.º 020/06, da AGAPAN, que face a  
326não-nomeação das indicações informa que a AGAPAN não participará das reuniões das Câmaras Técnicas  
327do CONSEMA. Sobre isso eu gostaria de fazer breves observações, que vou fazer já pela oportunidade.  
328Juntamente com a Presidência deste Conselho gostaria de informar ao Plenário que já iniciamos e daremos  
329seqüência, com vista à regularização, do que precisar ser regularizado em relação a indicações e  
330nomeações, que são dois momentos diferentes do processo de oficialização de Conselheiros participantes  
331deste Conselho Estadual de Meio Ambiente. E, também, que buscaremos já na seqüência  
332encaminhamentos no sentido de ver, perceber, buscar, uma solução similar, quem sabe, à forma com que o  
333Conselho Nacional de Meio Ambiente procede para apoiar as representações da sociedade, as ONG's  
334ambientais. Então, respaldar, ressarcir, passagens, gastos, relativamente, ao seu deslocamento, lembrando  
335que com vista à busca da segurança jurídica e administrativa. A PGE – Procuradoria-Geral do Estado, em  
336parecer, já foi comunicado na reunião passada, demonstrou não existir viabilidade dentro das proposições  
337feitas. Agora, penso que já havia sido criado, aí me perdoem, mas eu não tenho a atualização da  
338informação, um grupo de trabalho do Conselho, visando a revisão, inclusive, incluindo a possibilidade de  
339reestruturação deste Conselho no que diz respeito a sua composição, bem como, adequações do Regimento  
340Interno para que se pudesse, então, aperfeiçoar, aprimorar, o *modus operandi*, a fim de que o CONSEMA,  
341como órgão superior da área do segmento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul, efetivamente, possa  
342funcionar bem. Então, esse compromisso nós temos e estamos buscando dar seqüência a encaminhamentos  
343já iniciados. Eu não sei se, porventura, algum Conselheiro gostaria de fazer uso da palavra, mas dito assim,  
344em síntese, esse é o encaminhamento que estamos buscando concretizar. Não havendo manifestação eu  
345gostaria de passar para a avaliação Plenária. Nós temos o Ofício n.º 021, da Secretaria de Justiça e  
346Segurança, do Comando Ambiental da Brigada Militar, que solicita a inclusão na Câmara Técnica de  
347Mineração, em caráter de reiteração, os oficiais que nomina: Major Eliseu Antônio Vedana, como Titular,  
348e como Suplente o Capitão Márcio André Facin. Por um procedimento regimental nós submetemos ao  
349Plenário, se aprova ou não, a inclusão na Câmara Técnica de Mineração de uma representação do  
350Comando Ambiental da Brigada Militar. Com a palavra os Srs. Conselheiros. **Sr. Ivo Lessa Silveira**  
351**Filho:** Presidente, demais Conselheiros, é importante que a gente veja o número de Conselheiros que há na  
352Câmara Técnica porque depois há problema no *quorum*. Se passa para sete, oito pessoas por reunião. Tem  
353só cinco? Então, tudo bem. **Sr. Presidente:** Em votação, favoráveis levantem o cartão de votação;  
354contrários; abstenções: uma abstenção e os demais favoráveis. Encaminhe-se, então. Temos ainda o  
355expediente encaminhado pela Câmara Técnica de Gestão Compartilhada que propõe que este Conselho  
356faça uma advertência ao Município de Ijuí, considerando o não-atendimento nos prazos, com algumas  
357prorrogações, relativamente à entrega do plano ambiental. O Presidente da Câmara Técnica gostaria de  
358fazer uso da palavra. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** É sabido por este CONSEMA que são  
359dados prazos aos municípios que não atendem totalmente a 4 e 11/00, porque existe até a disposição leal  
360que permite dar esses prazos para que eles complementem, posteriormente, com fins de habilitação.  
361Entretanto, o município citado, já passaram todos os prazos e prorrogações. Então, nós da Câmara Técnica  
362julgamos um dever da Câmara Técnica avisar aos Conselheiros que existe uma inadimplência por parte  
363desse município e que este Conselho, por meio dos seus Conselheiros, tomem as medidas que acharem  
364necessário. Nós estamos cumprindo com o nosso ritual de informar e era isso que tínhamos a dizer,  
365Presidente. **Sr. Presidente:** Algum Conselheiro gostaria de fazer uso da palavra? **Sr. Clóvis Zimmer:** Eu  
366pensei em uma forma de expediente a propor para este Conselho no sentido de evitar esse tipo de  
367circunstância. Seria uma proposta a ser colocada aqui no sentido que este Conselho aprove, mas esses  
368municípios que ficam com pendências, que a efetiva homologação do seu ato de poder licenciar só  
369aconteça mediante a entrega total de todos os documentos pendentes, das complementações necessárias.  
370Parece-me isso justo do ponto de vista ético e correto. **Sr. Presidente:** Considerando a contextualização

371 desse caso, que, na verdade, é de 2003. Então, temos um tempo significativo aqui. Consulto os Srs.  
372 Conselheiros, porque aqui diz o seguinte: propõe advertência ao município. Então, a proposição da  
373 Câmara Técnica é de que este Plenário aprove uma advertência ao município para que cumpra, supra o que  
374 falta ser disponibilizado, sob pena de estar incluso no artigo 6, da Resolução n.º 04/00, que implicaria na  
375 desabilitação. Pode ser esse o encaminhamento? **Sr. Alexandre Bugin:** Presidente, existe algum prazo  
376 para depois dessa advertência para ser cumprido, para entrar no artigo para ser excluído? Eu acho  
377 importante definir esse prazo. **Sr. Presidente:** Consulto o Conselheiro Germano. **Sr. Luiz Antônio**  
378 **Borges Germano da Silva:** Na realidade, não existe esse prazo após a advertência para a desabilitação. O  
379 processo teria que ser iniciado, isso também cabe a este Conselho decidir que prazo será dado a esse  
380 município. **Sr. Presidente:** A necessidade de advertência vamos colocar em votação. Em votação a  
381 proposta de advertência encaminhada a este Plenário pela Câmara Técnica de Gestão Compartilhada. **Sr.**  
382 **Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** Até em nível de proposição, a Câmara Técnica está atenta, será  
383 dada uma advertência e mais um prazo, que podemos estabelecer aqui. Depois a Câmara Técnica enviaria  
384 um novo ofício informando se foi cumprido ou não esse prazo. **Sr. Presidente:** Acho que podemos fazer  
385 uma votação rápida em dois momentos: se os Conselheiros aprovam a advertência e qual o prazo.  
386 Conselheiros que aprovam que este Plenário emita uma advertência ao Município de Ijuí levantem o cartão  
387 de votação; contrários; abstenções: **aprovado** por unanimidade. Qual o novo prazo e derradeiro que este  
388 Conselho propõe que seja estabelecido em relação ao Município de Ijuí? **Sr. Eberson Thimmig Silveira:**  
389 Trinta dias. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Eu gostaria que o Conselheiro da Câmara Técnica de Gestão  
390 Compartilhada se manifestasse. **Sr. Presidente:** O Conselheiro Eduardo pede ao Conselheiro Germano  
391 manifestação sobre prazos. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** Eu acredito que depois de  
392 tantas prorrogações, já foram quatro ou cinco solicitações, e sendo um Conselho bem liberal, eu acho que  
393 60 dias seria um prazo bastante adequado para que eles nos enviassem as informações já solicitadas. **Sr.**  
394 **Presidente:** Representante da SENC, mantém a sua proposição de 30 dias, ou vamos para os 60? **Sr.**  
395 **Eberson Thimmig Silveira:** Eu mantenho, só que devido às inúmeras solicitações e ao prazo que já  
396 tiveram acho adequado dar um tempo curto. Por 30 ou 60 dias acho adequado, mas lancei uma proposta de  
397 30 dias, acho que 60 dias, concordo plenamente, mas tem que ser dado um prazo curto. Pode ser os 60  
398 dias. **Sr. Clóvis Zimmer:** Como sugestão, acho que deveria ser estabelecido também um prazo que fosse  
399 igual para todos e que não fosse um prazo em cada reunião. Haja vista esse caso de 3 anos, não vão ser 30  
400 e nem 60 dias que vão-se organizar para isso. Cabe lembrar que, normalmente, as empresas, o setor  
401 empresarial quando recebe prazos dos órgãos ambientais para cumprir são prazos bem mais exíguos do  
402 que isso. **Sr. Presidente:** Uma questão de normas e procedimentos a cerca, aí fica a Câmara Técnica com  
403 a incumbência, se já não tem. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** Exatamente, eu quis dizer  
404 que o prazo sempre que se habilita um município, até existe uma resolução para isso, é de 180 dias para a  
405 complementação, e já passou 180 dias várias vezes. Por isso que nós trouxemos esse caso, porque a  
406 maioria apresenta as complementações no prazo, esse município realmente passou dos limites. **Sr.**  
407 **Presidente:** Considerando, Conselheiro Clóvis, que este Plenário votou a advertência, concorda que  
408 passemos a votar esse novo prazo com a observação feita? Em votação 60 dias para que o Município de  
409 Ijuí entregue, ou seja iniciado o processo de desabilitação. Contrários; abstenções: **aprovado** por  
410 unanimidade. Então, advirta-se o Município de Ijuí para que em 60 dias apresente o seu plano ambiental.  
411 Item 3 da nossa Pauta, Habilitação de Municípios. Então, eu convido o Conselheiro Germano para a  
412 apresentação dos três municípios que hoje estão sendo propostos para habilitação: Espumoso, Seberi e Tio  
413 Hugo. **3. Habilitações de Municípios. Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** Quem,  
414 normalmente, apresenta é o Pieper Presidente da Comissão de Municipalização, estão fazendo um  
415 excelente trabalho. Eu fui pego de surpresa. A Câmara Técnica depois de todos os estudos, todas as  
416 apresentações de trabalho a gente lê, mas acredito que seja um pouco maçante. Como todos os  
417 Conselheiros já receberam, acredito, Presidente, que a gente possa partir, se houver alguma dúvida  
418 estamos à disposição, até os municípios que estão presentes, mas vamos para o parecer final. Primeiro, o  
419 Município de Espumoso, que o parecer derradeiro é o seguinte: “Com vista à habilitação para o  
420 licenciamento das atividades de impacto local, à luz do disposto na Resolução 04/00 e 11/00, considerando  
421 que os documentos apresentados, conforme análise efetuada pelos órgãos desta Secretaria, atendem as  
422 resoluções aludidas e outras disposições legais cabíveis”; ressalvado o zoneamento ambiental e a produção  
423 de mapas temáticos que faltaram em nível de complementação; “sugerimos o encaminhamento do  
424 processo do Município de Espumoso à apreciação da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada”. Foi para  
425 a Câmara Técnica e existe aqui a assinatura, que está no processo, a Câmara Técnica enviando ao

426 CONSEMA, referendando o parecer e solicitando as complementações. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:**  
427 Qual é o prazo? **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** É de 180 dias. **Sr. Presidente:** Este é o  
428 prazo e praxe. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** Alguma pergunta sobre o processo de  
429 Espumoso? Então, Seberi: “Com vista à habilitação para o licenciamento das atividades de impacto local,  
430 à luz do disposto na Resolução 04/00 e 11/00, considerando que os documentos apresentados, conforme  
431 análise efetuada pelos órgãos desta Secretaria, atendem as resoluções aludidas e outras disposições legais  
432 cabíveis, sugerimos o encaminhamento do processo do Município de Seberi à apreciação da Câmara  
433 Técnica de Gestão Compartilhada”. Vou ler o nosso ofício da Câmara Técnica ao CONSEMA: “Ao  
434 cumprimentar Vossa Senhoria cordialmente, temos a oportunidade para encaminhar parecer desta Câmara  
435 Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado e Município sobre o pedido de habilitação do  
436 Município de Seberi para o exercício do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, de  
437 acordo com a Resolução CONSEMA 04/00 e 11/00. O pedido teve o seguinte encaminhamento: a  
438 documentação enviada pelo município foi analisada pela Comissão de Municipalização e pela Assessoria  
439 Jurídica da SEMA; em 16-04-06, após julgar todos os requisitos técnicos e legais satisfeitos pela  
440 Comissão de Municipalização, apresentou o relatório e parecer a esta Câmara Técnica do CONSEMA  
441 recomendando homologação do pedido de habilitação; em 11-05-06, na 77ª Reunião Ordinária da Câmara  
442 Técnica o pedido foi examinado e submetido, tendo sido aprovado por unanimidade. Faço ao exposto  
443 encaminhamento esta documentação anexa com parecer favorável à habilitação do Município de Seberi para o  
444 exercício do exercício das atividades de impacto local, de acordo com a Resolução 04 e 11/00. É o parecer, em  
445 11-05-06”. Todos os três municípios foram aprovados por unanimidade. Vamos ver o Município de Tio  
446 Hugo, o parecer de Tio Hugo é igual, também referendado pela Câmara Técnica, aprovado por  
447 unanimidade. É isso, Sr. Presidente. **Sr. Presidente:** Muito obrigado, Conselheiro Germano. Colocamos  
448 em apreciação a habilitação dos Municípios de Espumoso, Seberi e Tio Hugo. Conselheiro Ivo Lessa com  
449 a palavra. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Eu acompanho a posição do Clóvis, acho que neste momento  
450 vamos avaliar e votar toda a documentação, mas como para nós, vamos dizer assim, sempre que tem que  
451 mandar um projeto tem que estar completo senão não entra em análise, acho que é uma questão de a partir  
452 de agora regrar esses processos que vêm incompleto. Daqui a pouco vamos estar votando a carta de  
453 advertência como a de Ijuí, acho que dessa vez votaremos, Presidente, e aprovaremos, mas da próxima vez  
454 temos que obrigar o município a apresentar completo. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:**  
455 Todas as vezes que um município é habilitado se dá esse prazo, que, inclusive, consta, é uma resolução  
456 deste Conselho permitindo esse prazo. Então, nós teríamos que mudar essa resolução. O que acontece no  
457 Município de Ijuí é um caso a parte, Ivo, porque ele simplesmente desrespeitou todos os prazos. Às vezes  
458 falta, por exemplo, um mapa temático, ele fez a vegetação, mas faltaram alguns detalhes; ou a própria  
459 escala, veio uma escala incorreta, não é muito visual. Então, dá-se esse prazo. Um programa, por exemplo,  
460 não ficou bem claro, aí se pede essa complementação, mas isso não invalida que ele não tenha atingido  
461 todos os quesitos da Resolução 04 e 11, que fique bem claro. Essas solicitações são apenas  
462 complementações, não é uma coisa que ele deixou de apresentar dentro do que consta as duas resoluções.  
463 **Sr. Presidente:** Colocamos, então, em votação a habilitação dos Municípios de Espumoso, Seberi e Tio  
464 Hugo. Os Conselheiros favoráveis ergam o cartão de votação; contrários; abstenções: nenhuma. **Aprovada**  
465 **por unanimidade a habilitação dos três municípios que integrarão o conjunto de municípios do Estado do**  
466 **Rio Grande do Sul habilitados para executar o licenciamento ambiental e chamados, desde 88, a fazer**  
467 **gestão ambiental pela Constituição Federal. 4. Apresentações pelo Secretário Estadual do Meio**  
468 **Ambiente e do Presidente da FEPAM sobre as metas do Governo no tocante a Política Ambiental.**  
469 Passamos para o Item 4 da Pauta, de acordo com compromisso que assumimos na última reunião deste  
470 CONSEMA de que faríamos uma explanação a cerca das prioridades que a Secretaria de Meio Ambiente,  
471 suas fundações vinculadas e os seus departamentos, daqui até o final do ano, nesses 8 meses, portanto, que  
472 nos restam, assumiríamos. Dessa forma, gostaria que o Presidente da Fundação Zoobotânica, Carlos  
473 Schreiner, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos, acho que vocês conhecem, há algumas figuras  
474 aqui que são jurássicos; o Mauro, que representa hoje o Presidente da FEPAM, que se encontra na  
475 interiorização de Governo, e o João Paulo Steigleder, atual Diretor do Departamento de Florestas e Áreas  
476 Protegidas, após uma breve introdução eles apresentarão, cada um tem 10 minutos, para não tornar  
477 enfadonho, mas que permita depois questionamentos, caso os Srs. Conselheiros assim quiserem fazer.  
478 Como Secretaria de Meio Ambiente, portanto, que integra o setor das políticas públicas no Estado do Rio  
479 Grande do Sul, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente tem como uma grande prioridade, que já vem  
480 trabalhando conjuntamente, um processo de consolidação da SEMA. Ou seja, um processo no qual os

481 órgãos que constituem a SEMA, como sabem todos os senhores, oriundos de outras secretarias, a  
482 Fundação Zoobotânica é oriunda da Secretaria da Agricultura, o Departamento de Recursos Hídricos da  
483 Secretaria de Obras, FEPAM da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, e o DEFAP da Agriculturas,  
484 culturas, portanto, que ao longo do tempo, com técnicos capazes, competentes, mas culturas que têm uma  
485 diferenciação. Ora, nada melhor do que a partir da criação da SEMA, em 1999, já que a vontade política  
486 da sociedade gaúcha se consubstanciou nesse princípio, nessa proposta de organização de Estado, passe,  
487 então, a potencializar a sua capacidade de gestão. Então, nesse sentido uma das grandes prioridades é essa,  
488 ou seja, a consolidação da Secretaria de Meio Ambiente. Como programas e ações na área de florestas a  
489 priorização para a consolidação das unidades de conservação. Isso por meio da criação e implementação  
490 da atividade da Câmara Técnica de Compensação Ambiental, que visa a definição dos recursos oriundos  
491 das compensações, prioritariamente, para a consolidação das unidades já criadas e não, efetivamente,  
492 consolidadas. Para este Conselho, como uma notícia breve por enquanto, mas que nas próximas reuniões  
493 já teremos informação completa, o DEFAP já está em tratativas com a Secretaria da Saúde e com a  
494 Secretaria da Reforma Agrária para, primeiro, anexação de uma área expressiva, os hectares totais ainda  
495 não efetivamente determinados, ao Parque de Itapuã. Então, o Parque de Itapuã terá a sua área ampliada e  
496 a criação de um novo no Município de Canguçu, em área de 653 hectares, que são propriedade do Estado e  
497 que passariam para a gestão do DEFAP. Isso no contexto da consolidação das unidades de conservação  
498 no Estado do Rio Grande do Sul. E o aspecto interessante é que, e depois não sei se o João vai querer  
499 detalhar, mas acho que não é o caso ainda, mas é em uma região onde o Estado não dispõe ainda como  
500 unidade de conservação. Então, esse é um aspecto importante. Além disso, o Programa de Educação  
501 Ambiental já deverá ser implementado aqui, foi criado pela Lei da Educação Ambiental do Rio Grande do  
502 Sul, bem como, com a ampliação do Programa Estadual do PEAC – Programa de Educação Ambiental  
503 Compartilhada, que nós poderemos no momento em que este Conselho quiser detalhamento colocar à  
504 disposição os coordenadores desse programa. P2R2 – Programa de Prevenção e Resposta Rápida às  
505 Emergências Ambientais, que tem a coordenação da Defesa Civil e a Secretaria Executiva da SEMA, com  
506 participação, evidentemente, de um grupo maior de entidades para a sua implementação. Inclusive, em  
507 reunião recente que aconteceu com o P2R2 Nacional, já está definida a vinda de recursos para estabelecer  
508 as ações que compõem esse programa. Dentro do Conselho Estadual de Saneamento também esta semana  
509 foi criada a Câmara Técnica de Resíduos, para avanço no sentido de estabelecer uma política estadual de  
510 resíduos sólidos. Para dentro do Governo está a SEMA fomentando a criação de núcleos de gestão  
511 ambiental, ou seja, para colocar dentro de toda a estrutura do Estado exatamente esses valores, esses  
512 paradigmas. E para que no Estado de fato se crie e se desenvolva uma política de meio ambiente, onde  
513 todos os setores assumam a parte da responsabilidade que lhes cabe, bem como, passem a interagir, porque  
514 dentro daquele princípio, iniciativa privada ou pública, todos estamos submetidos ao mesmo regramento.  
515 E o Programa da Tripartite Rio Grande do Sul, que tem como tripé a desconcentração, descentralização e  
516 cooperação, já com a sua constituição tendo sido formada há mais de um ano, e com propostas no sentido  
517 de não somente, vamos dizer, distribuir a parte de responsabilidade que cabe a cada um dos entes da  
518 Federação dos Municípios, Estados e União, mas sim mantendo com vista até a evitar a fragmentação da  
519 gestão ambiental, ambiental não tem fronteira, os municípios possam interagir entre si e, óbvio, a  
520 cooperação entre os três entes. E um outro programa que é de suma importância, que é o de produção mais  
521 limpa, esse já está sendo criado como um programa de Estado, um seminário agendado para o dia 08-06,  
522 que vai ser no espaço da FIERGS, onde se dará o passo, aliás, a primeira reunião que se realizou foi  
523 altamente positiva pela resposta dos entes envolvidos. Esse seminário onde vão ser, efetivamente,  
524 exarados os princípios básicos da produção mais limpa, visa mobilizar a sociedade dentro daqueles  
525 princípios básicos, onde cada um faz a sua parte e no conjunto ter-se-á a resposta positiva do ambiente.  
526 Então, a SEMA passará a coordenar essas ações, ou diretamente, ou por meios das duas fundações  
527 vinculadas e dos dois departamentos que terão a partir de agora, e para isso eu chamo o Mauro para que  
528 proceda as prioridades da FEPAM dentro desse contexto. Sr. Mauro Gomes de Moura: Boa-tarde a  
529 todos os Conselheiros. O Dr. Ferrari ao assumir a FEPAM conversou com servidores e vocês sabem que  
530 nós só temos duas diretorias: a Diretoria Técnica e a Diretoria Administrativa, e não temos Diretoria de  
531 Planejamento, o que nos atrapalha um pouco o comando dos planejamentos feitos. O Dr. Ferrari chamou  
532 um grupo da FEPAM, claro, que não está na estrutura, mas um grupo para gerir esse processo de  
533 planejamento e acompanhamento das ações institucionais. Esse grupo fez um trabalho de como faríamos  
534 isso, uma discussão, ficamos dois dias na PROCERGS com vários funcionários e com uma funcionária da  
535 FEPAM, que foi uma mediadora, e nós fizemos um trabalho de matriz prioritária das ações institucionais

536 da FEPAM até o fim do ano. Em primeiro lugar, criamos uma estrutura executiva de planejamento para  
537 acompanhamento e planejamento de gestão. Foi criado por portaria, por ordem de serviço do Dr. Ferrari, é  
538 um comitê gestor e de inovação para acompanhar isso já que não temos Diretoria de Planejamento. A  
539 história da FEPAM, que sem essa diretoria não temos conseguido acompanhar os planejamentos, as  
540 Diretorias Técnica e Administrativa acabam fazendo as atividades diárias, estrangula-se essa atividade  
541 diária e não consegue acompanhar os planejamentos. Uma das nossas metas para este ano é aperfeiçoar o  
542 sistema de licenciamento da FEPAM. Eu não vou discorrer sobre tudo isso, mas, basicamente, hoje a  
543 FEPAM tem vários sistemas de assessoramento, seis ou sete, nós recebemos o licenciamento em papel,  
544 nós recebemos o licenciamento dos irrigantes, aves e suínos por formulário eletrônico, via internet,  
545 abrimos processos eletrônicos. Nós temos um outro setor, que nós abrimos todo o processo digitalizado,  
546 nós criamos um *workfloor*, é o setor que acompanha postos de combustível, recebe todo o processo  
547 digitalizado na tela, não trabalha com processo administrativo em papel, claro que nós temos arquivado,  
548 mas já testamos o sistema, trabalhamos com todo o processo digitalizado. Então, nós queremos dar um  
549 rosto só para a FEPAM, pelo menos para unificar isso em um processo eletrônico, e queremos ver se até o  
550 final do ano, pelo menos um setor da FEPAM para denominarmos toda a tecnologia, esteja fazendo o  
551 processo completamente eletrônico com assinatura digital, ou seja, os documentos vêm certificados de  
552 fora, a assinatura digital é uma assinatura de “cartoin”, se vocês necessitarem eu explico o que é isso.  
553 Então, nós queremos até o final do ano ter um setor pelo menos com toda a tecnologia dominada e de  
554 recebimento do processo eletrônico na FEPAM, tanto de dados alfanuméricos como de imagens. Para isso  
555 nós temos que fazer uma série de tarefas na FEPAM. Nós também já estamos com uma estrutura bastante  
556 boa de georeferenciamento desse banco, ou seja, já temos várias cartas temáticas no banco de dados, onde  
557 a gente consegue já tomar decisões de licença prévia, de instalação também um pouco, mas o básico é  
558 licença prévia; mapas temáticos de unidades de conservação, mapas temáticos digitalizados da Mata  
559 Atlântica, dos rios, das estradas, esses mapas temáticos todos. Queremos também aperfeiçoar o sistema de  
560 licenciamento da FEPAM, aquele primeiro era mais ligado a recebimento de dados, este é tentar  
561 disponibilizar todos os dados já no banco de dados à medida que a gente faça os projetos. Já temos vários  
562 dados ambientais disponíveis na FEPAM que não estão no banco de dados, feito por vários projetos. Nós  
563 recebemos diariamente dados por Eia-Rimas, que não estamos colocando no banco de dados e queremos  
564 disponibilizar esse banco de dados tanto para o pessoal da Casa como externalizar na medida que a gente  
565 puder na internet, colocar à disposição do público. Nós estamos elaborando até o fim do ano três normas  
566 muito importantes para nós: intervenção em APP's, procedimentos de auto de infração e auditoria  
567 ambiental. Na FEPAM nós temos muitos problemas com intervenção em APP's, cada técnico pensa de  
568 uma maneira, se pode ou não intervir em APP, nós temos brigas homéricas no Ministério Público com  
569 relação a isso, cada advogado da FEPAM pensa de uma maneira como a gente deve intervir em APP, e nós  
570 queremos ter o rosto da FEPAM com relação à intervenção em APP e não o rosto do técnico. Ou seja, nós  
571 vamos até o fim do ano, vai ser uma briga na FEPAM, discutir como vamos intervir em área de  
572 preservação permanente e os técnicos terão que adotar essa norma, até porque tu podes ser processado,  
573 toma uma decisão em um processo de uma maneira e no outro de outra, tu estás sujeito a certos riscos.  
574 Aqui também, rapidamente, normatizar, como se aplicar o auto de infração, dar um rosto único ao nosso  
575 auto de infração, escalar direitinho as advertências quando se aplica multas e em que valor, quando se  
576 aplica multa diária, quando se aplica interdição. As interdições têm implicações, tu podes receber um  
577 processo por perdas e danos por paralisar a empresa. Então, a gente tem que ter toda uma decisão sobre  
578 isso. E auditoria ambiental, nós vamos normatizar como vão ser as auditorias, que tipos de auditores nós  
579 vamos aceitar, nós já temos várias licenças, principalmente em PCH's, onde nós exigimos auditoria  
580 ambiental sem termos isso normatizado. Isto é uma coisa mais simples, nós queremos ver-se hoje nós  
581 temos um serviço de protocolo do Estado e um serviço na FEPAM de internalização de processos, dois  
582 serviços, o processo antes de entrar efetivamente para licenciamento, passa por dois serviços, nós  
583 queremos centralizar isso. Há uma dificuldade legal, mas nós vamos tentar superar. Aqui nós estamos  
584 estabelecendo para cada região geográfica três zoneamentos a serem feitos e estamos consolidando três  
585 instrumentos de gestão para facilitar os licenciamentos. Nós temos o zoneamento eólico, o zoneamento  
586 florestal e outro zoneamento que eu não recordo, que nós estamos terminando. E nós temos uma norma  
587 sendo feita para a vazão de remanescente de barragem, ou seja, qual vazão se deixa quando se constrói  
588 PCH's, enfim, barramentos, qual a vazão remanescente que vamos deixar. Aqui é uma questão de  
589 reorganização do trabalho interno na FEPAM, uma distribuição de trabalho, reorganização dos trabalhos,  
590 enfim, integração dos recursos humanos. Nós queremos na parte de eficiência operacional melhorar o

591 nosso atendimento a requisições externos, nós queremos estabelecer bem as rotinas de atendimento ao  
592 Ministério Público, Poder Judiciário e justiça, senão nós afogamos a FEPAM, só vamos fazer isso, tem  
593 que normatizar isso. Nós estamos dando uma estrutura operacional melhor ao nosso serviço que dá apoio  
594 ao atendimento das requisições do Ministério Público, do Poder Judiciário e polícia. Nós estamos fazendo  
595 um plano de gerenciamento do passivo, nós queremos ver se até o final do ano diminuimos em 50% o  
596 passivo de licenciamento da FEPAM, que está por volta de 13 mil licenças, provavelmente com  
597 contratação de empresas terceirizadas para fazer as análises e vistorias para a FEPAM. E nós queremos,  
598 logo em seguida, acho que em 90 dias está pronto, certificar o site da FEPAM, ou seja, como nós estamos  
599 dando assinatura digital o site tem que ser seguro, tipo aquela segunda tela do Banrisul que entra quando a  
600 gente vai botar a senha para entrar no banco. Então, o Ministério Público exigiu a certificação do site da  
601 FEPAM para que as nossas licenças tenham segurança jurídica. Aqui nós temos um problema que afeta  
602 toda a Secretaria, nós botamos como se fosse da FEPAM, mas é uma revisão da estrutura institucional da  
603 FEPAM, que vai levar em conta, na realidade, uma reestruturação de toda a SEMA. A SEMA tem um  
604 projeto de mudança estrutural, onde muda o rosto da FEPAM, do DEFAP, do DRH e, possivelmente, a  
605 Zoobotânica. Então, isso é uma mudança de cenário, de estrutura institucional, que não deve ser feita só  
606 para a FEPAM, mas no conjunto da SEMA. Esta é a transparência em permeabilidade institucional, é a  
607 divulgação para toda a Casa, dos programas setoriais em desenvolvimento. Nós temos uma certa  
608 dificuldade, é tanta coisa que acontece na FEPAM que nós vamos reorganizar a forma de informar os  
609 servidores sobre tudo o que está acontecendo. Na parte de eficiência operacional nós vamos otimizar o  
610 monitoramento ambiental, nós já temos ótimas parcerias na parte de monitoramento de água, nós fazemos  
611 monitoramento de água com a CORSAN, DMAE, com várias outras entidades e universidades. Na parte  
612 de ar nós estamos com bastante problemas com relação a esse monitoramento, é só a FEPAM que está  
613 fazendo, é um custo anual de 700, 800 mil reais/ano. Então, nós queremos ver se encontramos parcerias,  
614 porque muitas empresas hoje têm duas próprias estações de monitoramento de ar e são da mesma marca,  
615 nós queremos fazer uma parceria na manutenção desses equipamentos, dividir um pouco os custos disso.  
616 Nós tivemos problema com bibliotecária, a nossa bibliotecária passou em um concurso, foi para o Paraná,  
617 voltou, agora que ela voltou nós queremos fazer uma centralização no nosso sistema de documentação, ou  
618 seja, as normas técnicas, as numerações, aos moldes da ABNT, todas essas coisas nós vamos padronizar,  
619 todos os documentos da FEPAM, até para dar acesso ao público adequadamente numerados paginados,  
620 enfim. Com relação ao nosso relacionamento por fora, nós estabelecemos uma política de relacionamento  
621 entre as nossas institucionais. Como a gente está sempre afogado no licenciamento, às vezes, as relações  
622 com as entidades públicas, privadas, tornam-se um pouco ácidas e nós queremos refazer isso. Outro  
623 trabalho que estamos fazendo, já da SEMA, o Secretário me convidou para implantar, agradeço a  
624 confiança, nós estamos tentando implantar na FEPAM um balcão único. Hoje vocês sabem que muitos  
625 empreendimentos quando vêm procurar a SEMA tem que abrir três protocolos: DEFAP, DRH e FEPAM;  
626 andam nos andares aqui do prédio para abrir esses três processos. Nós vamos centralizar isso tudo no  
627 térreo, estamos caminhando para isso, temos dificuldades, algumas de ordem legal, outras de ordem  
628 pessoal, nós trabalhamos com pessoa CC, CLT, concursado. Então, é uma dificuldade juntar todas essas  
629 pessoas e não criar passivo trabalhista, mas, agora, com o novo Diretor Administrativo, o Dr. Arthur  
630 Lemos, vamos tentar implantar da melhor forma possível esse balcão único, que já é o caminho para a  
631 consolidação da nova estrutura da SEMA. Provavelmente, no futuro, esse balcão único corresponda a um  
632 único órgão de licenciamento. Por fim, assim estamos pensando em uma readequação física da FEPAM,  
633 ou da nova instituição que vier a substituir a FEPAM, aquisição de uma sede própria, provavelmente não  
634 só para a FEPAM, mas para esta nova instituição que substituiria a FEPAM, provavelmente para a SEMA  
635 como um todo. E, por enquanto, uma readequação do nosso espaço físico na FEPAM, dar uma melhorada  
636 nisso, porque apesar da nossa intenção de sair deste prédio, a própria SEMA, fazer melhorias com relação  
637 a incêndio e segurança neste prédio. Mesmo que a SEMA saia daqui o prédio continua sendo público e  
638 outras instituições poderão vir para cá e precisa de segurança. Então, era isso. **Sr. Presidente:** Passamos  
639 para o Rogério, Departamento de Recursos Hídricos. **Sr. Rogério Dewes:** Boa-tarde senhores. Eu não  
640 preparei uma coisa tão bonita quanto o Mauro, mas vou, rapidamente, nos 10 minutos que tenho, dar uma  
641 idéia do que o DRH está fazendo e o que pretende até o final deste Governo com relação a alguns itens que  
642 nós consideramos importante para que se dê mais um avanço na consolidação do Sistema Estadual de  
643 Recursos Hídricos. Isso não tem uma ordem de prioridade, também não está organizado por tema, mas é  
644 para dar uma idéia ao CONSEMA do que se pretende. Primeira questão, a questão da regularização de  
645 pequenos açudes, e vocês sabem que todo e qualquer uso da água depende de uma autorização do Estado,

646 que é quem detém o seu domínio. Nós temos um passivo para ser regularizado no Estado, que é  
647 absolutamente desconhecido, tanto na exploração e águas superficiais quanto subterrânea. E uma das  
648 questões que nos preocupa é a questão dos pequenos açudes, normalmente utilizados para a irrigação e  
649 pequenas áreas, basicamente ortigranjeiros e que são conservações que não têm muito significado no  
650 conjunto de uma bacia. Entendemos nós que não deva ser isso regularizado necessariamente pelo DRH.  
651 Entendemos que isso possa ser discutido com os municípios que estão dentro do SIGA, que já fazem o  
652 licenciamento de pequenas atividades na área de irrigação de pequenas áreas. Isso talvez possa ser incluído  
653 dentro do procedimento adotado já no licenciamento de atividades de pequeno impacto, no âmbito do  
654 SIGA. Evidentemente, isso é uma proposta que o DRH vai encaminhar ao Conselho de Recursos Hídricos  
655 para análise, enfim, para alguma deliberação, e, certamente, isso também virá para o Conselho de Meio  
656 Ambiente. Em uma segunda linha, é a linha da organização da informação sobre recursos hídricos  
657 disponível hoje no Estado, disponível hoje na SEMA. A nossa lei que criou o Sistema Estadual de  
658 recursos Hídricos prevê que deva ser desenvolvido o Sistema Estadual de Informações de Recursos  
659 Hídricos. Esse sistema ainda não existe, ele vai começar a ser desenvolvido agora no âmbito do plano  
660 estadual, que vou comentar um pouco na seqüência, mas, também, não vamos inventar nada novo. Já  
661 existe hoje em desenvolvimento um sistema nacional, está sendo conduzido e organizado pela Agência  
662 Nacional de Águas. Nós simplesmente vamos nos agregar a esse sistema nacional, evidentemente, botando  
663 uma bombacha, tomando um chimarrão de vez em quando, ou seja, dando um pouquinho da cara, da  
664 característica do Estado do Rio Grande do Sul. Como eu disse, não vamos inventar nada novo. Na área do  
665 Planos de Bacias nós temos hoje já concluídos os planos da Bacia do Lago Guaíba, do Tramandaí e  
666 praticamente da Bacia do Rio Santa Maria, que já tem um plano de intervenções, que precisa apenas de  
667 uma pequena adequação para que ele realmente assuma a cada do Plano de Bacias conforme está  
668 estabelecido na Lei n.º 10.350. Está em fase final de desenvolvimento o Plano da Bacia do Pardo e  
669 Pardinho, deve ser concluído no final de junho. Iniciamos há poucos dias, também, a contratação, foi  
670 assinado o contrato do Plano da Bacia do Caí, que tem um prazo de 20 meses de execução. Portanto, vai  
671 ultrapassar o próximo exercício, deve ser concluído em 2008. Como meta para este ano iniciar o Plano da  
672 Bacia do Taquari-Antas e o Plano da Bacia do Rio Gravataí. O Taquari-Antas ainda não iniciou, nós já  
673 temos recurso assegurado para isso, nós estávamos já com os editais e com os termos de referência  
674 concluídos quando houve uma alteração decorrente de um decreto do Governador na questão dos índices  
675 de reajustes contratuais. Então, estamos aguardando uma manifestação da SELIC sobre o novo modelo de  
676 edital, o novo modelo de contrato, para colocar isso na rua. Uma outra questão é a preparação no âmbito  
677 do DRH, em conjunto também com outras Secretarias do Estado, Coordenação e Planejamento e  
678 Secretaria das Obras Públicas e Saneamento, que é o Pró-Água Nacional. O Pró-Água Nacional é  
679 decorrência de um programa que já está no sexto ano, se não me engano, de execução, que é o Programa  
680 Pró-Água Semi-árido, que é um programa desenvolvido para os estados do nordeste, que tem área de  
681 semi-árido, e que visava basicamente duas linhas: gestão de recursos hídricos e infra-estrutura hídrica; lá  
682 voltados para a área de construção de adutoras para o abastecimento humano do interior do nordeste. Em  
683 uma negociação levada a efeito pelo Ministério de Integração Nacional e pela Agência Nacional de Águas  
684 se criou o Pró-Água Nacional, que é estender as ações prevista para o semi-árido, também para os demais  
685 estados brasileiros. Nessa primeira etapa é um programa de 3 anos, o único estado fora do nordeste que foi  
686 contemplado é o Rio Grande do Sul. É um programa de gestão dos recursos hídricos que tem um  
687 componente de infra-estrutura, um componente de obras. Nós estamos, então, em conjunto com essas  
688 secretarias que eu citei e também a EMATER preparando a documentação toda necessária para inserir o  
689 Estado do Rio Grande do Sul no Pró-Água Nacional, que é um programa que começa, efetivamente, a  
690 acontecer a partir de janeiro do ano que vem. Pretendemos deixar toda a parte do Estado preparado para  
691 iniciar esse programa. Um outro aspecto que nos preocupa também é a questão do nosso desconhecimento  
692 sobre o universo de usuários de água que tem no Estado. Nós temos algumas idéias na área de irrigação,  
693 temos algumas idéias na área de abastecimento humano, algumas idéias quantitativas de uso industrial,  
694 não temos nenhuma idéia na área de água subterrânea, ou seja, a gente não sabe o universo que nós temos  
695 de usuários de água subterrânea. Até porque isso não é de muito tempo, foi um processo que foi feito,  
696 como se diz, “à moda migueirão” e em alguns aspectos ainda continua acontecendo hoje. Baseado em uma  
697 experiência levada a efeito pela Agência Nacional de Águas, que criou um processo por auto declaração,  
698 via meio digital, via internet. Então, pretende-se, se não implantar isso até o final do ano, pelo menos dar  
699 passos significativos que conduzam à possibilidade de disponibilizar, de haver um auto cadastramento.  
700 Um último aspecto que eu queria comentar é a estrutura institucional só sistema estadual. Como vocês

701 sabe, hoje, das cinco estruturas que o sistema prevê nós ainda não temos as chamadas agências das regiões  
702 hidrográficas. Já temos Conselho, já temos Comitê, já temos DRH, já temos FEPAM, mas não temos  
703 ainda esses órgãos, que são órgãos de apoio técnico ao sistema estadual. Nós temos hoje um acordo de  
704 cooperação com a UNESCO, o que está-se fazendo um estudo de viabilidade técnica, econômica e  
705 institucional das agências. A Lei n.º 10.350, que regulamentou o Sistema Estadual de Recursos Hídricos,  
706 prevê que as agências são órgãos da administração indireta do Estado, isso, obviamente, ou uma fundação,  
707 ou uma autarquia. Os estudos que a gente fez até o momento nos indicam que esse modelo da lei não é  
708 aplicável, neste momento não dá para pensar em criar uma estrutura do Estado mais um órgão, uma  
709 agência, ou três agências, conforme prega a lei, do tipo autarquia, ou do tipo fundação. Nós estamos  
710 inclinados seguir, também, de novo, o modelo que está sendo utilizado no plano nacional, que é a criação  
711 de agências por meio de contratos de gestão. Hoje já existem duas agências implantadas, que é a Agência  
712 do Paraíba do Sul, que já tem 2 anos de funcionamento, que é por meio de um contrato de gestão entre a  
713 Agência Nacional de Águas e uma organização civil. E no caso da segunda agência implantada, que é do  
714 Piracicaba, Capivari e Jundiá, que também é um rio da União, que pega São Paulo e Minas, que também  
715 foi implantada uma agência por meio de contrato de Gestão entra a ANA e o consórcio PCJ, que isso não é  
716 um consórcio de municípios, que está assumindo hoje o papel de agência nessa bacia, está iniciando o  
717 processo de cobrança pelo uso da água. No caso do Paraíba do Sul já existe o processo de cobrança há 2  
718 anos e está funcionando, pelo menos por informações e os levantamentos que a gente fez, de uma forma  
719 bastante satisfatória. Já está-se financiando o sistema de tratamento de esgoto na Bacia do Paraíba do Sul  
720 via recursos de tarifação pelo uso da água. O PCJ já implantou isso, a parte de tarifação, e eu recebi uma  
721 informação há poucos dias que nos primeiros três meses do ano de 2006 já foram arrecadados 2.700.000  
722 reais com tarifação. E já se está aplicando esse recurso dentro da bacia em basicamente estações de  
723 tratamento de esgoto. Senhor Secretário, em linhas gerais, era isso que eu queria comunicar aos membros  
724 do CONSEMA. Obrigado! **Sr. Presidente:** Agora o Diretor-Presidente da Fundação Zoobotânica Carlos  
725 Schreiner. **Sr. Carlos R. Schreiner:** Boa-tarde, Senhor Secretário, Srs. Conselheiros e demais  
726 participantes desta reunião plenária. A Fundação Zoobotânica, diferente dos demais órgãos da SEMA, que  
727 ou são órgãos de outorga, ou órgãos de fiscalização, é o órgão responsável pela pesquisa no Estado. Nos  
728 seus 33 anos de existência ela coordena a atividade de três outros órgãos, quais sejam: o Museu de  
729 Ciências Naturais, que no final do ano passado completou 50 anos; o Jardim Botânico, que está com 47  
730 anos; e o parque Zoológico, que acabou de completar, agora, dia primeiro, 44 anos. O Parque Zoológico, a  
731 grande correria da gente neste final de Governo é viabilizar a obtenção da licença do IBAMA, tendo em  
732 vista que o Parque Zoológico, com os seus 44 anos, ainda não tem registro no IBAMA. Isso os causa uma  
733 série de problemas, uma série de dificuldades, com troca de animais, com permuta de animais, com vinda  
734 de animais e etc. O Parque Zoológico, até início de 2005, tinha 50% do seu perímetro de livre acesso, ele  
735 não tinha muro na sua delimitação, você entrava e saía por qualquer lugar. Pagava a entrada quem não  
736 sabia das outras entradas que existia. Nós conseguimos cercar o Parque Zoológico, está completamente  
737 cercado hoje, acabamos de inaugurar, há questão de uns 60 dias, um novo estacionamento no Parque  
738 Zoológico, retirando do meio dos animais todo o trânsito que existia. Os zoológicos têm mudado bastante  
739 o conceito sobre a exposição de animais. Quem for no Parque Zoológico vai ver que existem três selas  
740 ainda do início do Parque Zoológico, sendo que uma está ocupada e as outras duas estão desativadas, onde  
741 você tinha barras de ferro bastante grossas, com um recinto de 4m<sup>2</sup>, lá você mantinha ao animal, ou seja, o  
742 macaco ou alguma coisa parecida. Hoje esse conceito mudou, nós temos feito recintos bastante amplos,  
743 estamos iniciando um recinto de bugios, um animal que a gente tem conseguido um índice de produção  
744 bastante grande. Quase todos os animais hoje a gente tem conseguido um índice de reprodução bastante  
745 aceitável. Nós estamos trabalhando, também, estamos terminando um recinto para a reprodução de araras,  
746 temos reprodução de uma série de espécies. Nós queremos até o final deste ano interligar todo o Parque  
747 Zoológico com a rede de informática, hoje a rede de informática é apenas na Administração, todos os  
748 outros departamentos, seja nutrição, zoologia, veterinária, almoxarifado, ainda são por sistemas de  
749 comunicação interna, papel para lá, papel para cá. O almoxarifado é aquele ainda de você levantar a  
750 fichinha, pagar, anota com um lápis quando dá baixa. Até o final do ano eu acho que a gente vai conseguir  
751 eliminar completamente esse sistema e viabilizar o controle on-line de todo o funcionamento. Junto com  
752 isso estamos já em fase de licitação de 49 câmeras de vigilância, o Parque Zoológico tem cercado hoje 160  
753 hectares. Eu garanto a vocês que á noite a gente tem um certo temor de andar lá por dentro, mas essas  
754 câmeras de vigilância certamente vão-nos ajudar bastante, porque daqui da administração central vai-se  
755 poder controlar praticamente todo o Parque Zoológico. Nós estamos também com o Plano de Educação

756 Ambiental, uma reforma no setor de educação ambiental bastante adiantada. Quanto ao Jardim Botânico,  
757 nós completamos também o cercamento do Jardim Botânico, há questão de um ano e pouco, o Jardim  
758 Botânico também era aberto em grande parte do seu perímetro, ele tinha uma vila dentro. Há pouco tempo  
759 conseguimos fazer com que um cidadão que tinha um sítio dentro do Jardim Botânico, com a ajuda da  
760 justiça, saísse, porque ele não estava muito a fim de deixar, realmente é um belo local, agora está cercado,  
761 com guarda e tudo, foi uma briga fazer com que esse cidadão saísse de lá. Nós negociamos junto com a  
762 Secretaria da Habitação uma divisa com a Vila Juliano Moreira, essa vila já estava invadindo, já havia  
763 invadido o Jardim Botânico. A gente conseguiu negociar, cedemos uma pequena parte, em troca eles  
764 desocuparam o restante do Botânico. O Botânico trabalhar, principalmente, com árvores nativas, temos  
765 feito trabalhos também com reprodução de espécies ameaçadas e outras de interessa econômico.  
766 Recebemos, recentemente, o Prêmio de Meio Ambiente do SICREDI e Correio do Povo por um trabalho  
767 feito na COTRIJO. Estamos em tratativas com a Votorantin, estamos em tratativas com a Eletrosul para  
768 planos de manejo. O Museu de Ciências Naturais é um órgão que tem um patrimônio estimado de 12  
769 milhões de dólares em suas coleções de zoologia, botânica, paleontologia. É uma referência nacional e  
770 internacional para pesquisadores, nós recebemos pesquisadores das mais diversas áreas. Nós fazemos um  
771 trabalho muito importante com serpentes, inclusive, inauguramos, recentemente, para visitação pública um  
772 serpentário. Estamos com projetos dentro do Museu de avaliação de trato de esponjas marinhas, supõem-  
773 se que esponjas marinhas têm poderes de conter infecções, sejam fúngicas, ou bacterianas, isso está-se  
774 estudando ainda. Está-se tentando isolar, porque parece que elas dificilmente adoecem, está-se tentando  
775 isolar alguma atividade nessa área. Temos vários projetos de educação ambiental, nós temos o Projeto  
776 Museu vai à Escola, onde nós visitamos, a convite das escolas, alguma parte do nosso museu a gente  
777 locomove em um caminhão, vamos até a escola. Temos Ciência na Praça, temos uma oficina de algas e  
778 qualidade ambiental, temos oficinas de fauna, flora e fósseis do Rio Grande do Sul. Nós temos um  
779 contrato com a COPEL, onde estudamos a biota do Parque da COPEL. Nós participamos do Projeto  
780 Mata Atlântica KFW, onde estamos instruindo os planos de manejo da reserva biológica da Serra Geral,  
781 Aratinga, Itapeva e Tainhas. Participamos do Projeto Conservação da Biodiversidade, o Projeto de  
782 Zoneamento Ambiental para a Implantação de Parques Eólicos. Nós participamos também do  
783 monitoramento de caça sinérgica, também pelo Museu de Ciências Naturais. Então, estamos abertos à  
784 visitação, eu acho que a Fundação Zoobotânica tem muito a acrescentar e ainda há pouco divulgado, nós  
785 estamos agora remodelando todo o site da Instituição e dentro desse site devemos botar toda uma série de  
786 pesquisas que são feitas. Isso é uma falha nossa, é uma falha da Fundação, essas pesquisas ainda não estão  
787 disponibilizadas, vão ser todas disponibilizadas com o tempo, acredito que até o final do mês que vem  
788 vocês já tenham acesso: [www.fcd.gov.br](http://www.fcd.gov.br). Então, era isso e obrigado. **Sr. Presidente:** O João Paulo  
789 Steigleder, Diretor do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas. **Sr. João Paulo Steigleder:**  
790 Senhoras e senhores, muito boa-tarde, os meus cumprimentos, meus respeitos a todos os presentes.  
791 Convidado pelo Sr. Secretário a assumir o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, agora na atual  
792 gestão, nós temos algumas coisas que, antes de mais nada, significa o planejamento que estamos fazendo  
793 para este curto período até o final do ano, dentro do ano legislativo, pelo menos que está estabelecido.  
794 Também trabalhamos com o controle de alguns incêndios que já vêm a mais tempo. Então, em função  
795 disso apresentamos para vocês de uma forma bastante rápida, porque qualquer minúcia posterior podemos  
796 discutir até de uma maneira um pouco mais aprofundada, até para que os senhores não percam muito  
797 tempo com conversas sentados aqui. Como questão já apresentada pelo Sr. Secretário, ora, acumulando as  
798 funções de Presidente também, nós temos uma situação bastante complicada que está sendo negociada já  
799 com relação ao cumprimento do contrato internacional que o Estado do Rio Grande do Sul tem com o  
800 banco financiador alemão KFW, referente ao programa da conservação da Mata Atlântica no Estado do  
801 Rio Grande do Sul. Isso se relaciona diretamente com a situação e com a condição de recursos humanos  
802 para serem colocados para trabalhar nesse tipo de atividade. Então, já está havendo pelo menos uma  
803 tratativa junto ao Palácio Piratini no sentido do DEFAP e o Estado do Rio Grande do Sul, como um todo,  
804 cumprirem essa contrapartida que foi estabelecida como dispositivo contratual nesse contrato assumido  
805 com essa instituição financeira. Então, já está sendo devidamente negociado e é uma das previsões que  
806 temos de pelos menos efetivarmos até o final do ano. Outra coisa que nós temos, este é um incêndio, perto  
807 desses incêndios nós temos algumas notícias boas em termos de idéia que estão surgindo por parte do  
808 corpo técnico e que estão em fase de desenvolvimento, como, por exemplo, o PROCAM – Programa  
809 Estadual de Cadastramento de Árvore Matrizes. Por que isso? Antes de mais nada, conservação da  
810 biodiversidade, também de um material genético a ser propagado de bastante qualidade. Esse programa

811 seria oriundo de uma modificação em termos de legislação para que houvesse o mapeamento e a  
812 identificação de árvores matrizes em propriedades rurais do Estado do Rio Grande do Sul, e recursos hoje  
813 despendidos com a reposição florestal obrigatória. Parte desses recursos seriam reconduzidos à  
814 propriedade rural no sentido de manter aquela árvore mapeada e considerada como uma matriz, ou uma  
815 porta-semente, auferindo recurso alternativo ao produtor rural que ainda tem floresta consolidada no  
816 âmbito da sua propriedade e, inclusive, também, servindo de fomento para a manutenção naquela  
817 formação florestal. Então, é um programa novo que ainda está em fase de desenvolvimento, já tem o corpo  
818 técnico do DEFAP trabalhando em cima disso para em pouco tempo podermos apresentar a idéia do  
819 programa como um todo e um detalhamento mais pormenorizado. Também estamos trabalhando dentro  
820 daquela estrutura que temos da gestão compartilhada com os municípios na gestão ambiental, com alvará  
821 de licenciamento florestal informatizado e único para o Estado do Rio Grande do Sul, adotado por meio do  
822 DEFAP, Secretaria do Meio Ambiente e também pelos municípios habilitados, nos moldes do que já  
823 aconteceu com a autorização de transporte e produto florestal, que por meio de um decreto foi  
824 regulamentado e hoje a ATPF, como já chamamos essa antiga guia florestal, é única para todo o Estado do  
825 Rio Grande do Sul. Também queremos fazer o mesmo com o alvará de licenciamento, antes de mais nada,  
826 para estabelecermos um controle da questão da gestão dos recursos florestais no Estado do Rio Grande do  
827 Sul e fazer com que os municípios trabalhem dentro dos mesmos parâmetros e objetivos estabelecidos  
828 também pelo DEFAP, que são por nós cumpridos. Estamos trabalhando em cima de uma declaração  
829 também de movimento de produto florestal *on-line* para parar com todo aquele fluxo de papel, que o  
830 Mauro, anteriormente, na apresentação dele, de forma bem mais organizada que a minha, pelo menos  
831 apresentou. Também estamos lidando nesse sentido para terminar com o trâmite de papel e para que a  
832 informação esteja disponível no âmbito do cadastro florestal, agilizando e desonerando bastante todos  
833 aqueles que trabalham com a produção, com o consumo e com a comercialização de matéria-prima  
834 florestal. Com relação aos consumidores que eu falei, produtores e comerciantes de matéria-prima  
835 florestal, estamos também fazendo uma adequação na legislação com relação à inclusão de uma nova  
836 categoria, que seriam os coletores de produtos não-madeiráveis, que é uma inovação que até agora não  
837 tinha uma regulamentação estabelecida nos diplomas legais. É algo que já está em estudo por dentro do  
838 nosso departamento também. Estamos estabelecendo também, em conjunto com os colegas do BPA da  
839 Brigada Militar, um fluxo de funcionamento e operacionalidade das juntas de julgamento entre o DEFAP,  
840 a Brigada Militar, para atendermos todo um passivo referente a julgamentos de auto de infração que estão  
841 parados e não tem um andamento. Bem como, estabelecer algumas rotinas que venham a facilitar não  
842 somente o rebaixamento da multa que está previsto pelo Decreto Federal n.º 3.179, como também a  
843 possibilidade da assinatura dos termos de compromisso ambiental com todos aqueles que,  
844 inadvertidamente, tenham sido objeto de alguma penalização por qualquer dano ocorrido com a flora  
845 nativa no Estado do Rio Grande do Sul. Entre outras coisas que nós estamos trabalhando, houve por parte  
846 do Sr. Secretário a iniciativa de ser instituída a Câmara Estadual de Compensação Ambiental. Essa  
847 Câmara Estadual de Compensação Ambiental está oportunizando uma regularização e imediata aplicação  
848 dos recursos oriundos de medidas compensatórias, em consonância pelo menos com o que está  
849 estabelecido pelo decreto federal que regulamenta a matéria, bem como com a resolução CONAMA n.º  
850 371, publicada no final do mês de março. Qual seja? Aquisição de terras, regularização fundiária de  
851 unidades de conservação e a estrutura dessas unidades de conservação. Então, as medidas compensatórias,  
852 produto intermédio da Câmara de Compensação Ambiental, por determinação do Sr. Secretário e por uma  
853 diretriz de gestão do Departamento de Florestas a Áreas Protegidas. Então, está sendo canalizada para  
854 essas três atividades básicas, dando cumprimento ao que está disposto pela própria legislação. Evidente,  
855 isso em macro, em uma exposição bastante rápida do que pretendemos fazer nesse meio tempo, sem falas  
856 nas outras questões que são atinentes à SEMA como um todo. Qual seja? O Balcão Único, que já foi  
857 falado pelo Mauro, que é a integração de todos os órgãos componentes da SEMA, com o objetivo maior de  
858 empurrar a SEMA para frente, conquistando o seu espaço e que isso envolve uma própria modificação de  
859 estrutura da nossa Secretaria. Basicamente neste momento estamos trabalhando na unificação de  
860 procedimentos, existe a previsão de uma unificação de bancos de dados: FEPAM, DEFAP, DRH, para  
861 desonerar o empreendedor e, conseqüentemente, termos condições de darmos um atendimento mais ágil.  
862 Nós estamos participando direto dessa integração da SEMA por meio de seminários regionalizados,  
863 executados uma vez por mês, com todo o pessoal das regionais, DEFAP interior e FEPAM interior em um  
864 grande seminário SEMA, onde são discutidos assuntos pertinentes à Administração e à condição técnica  
865 de cada um desses órgãos, corroborando com aquilo que o Mauro falou. Dias 31-07 e 1º-08 estaremos

866 reunidos em Santa Cruz do Sul tratando sobre o assunto licenciamento em área de preservação  
867 permanente, pela FEPAM e pelo DEFAP, para termos uma diretriz única dentro da Secretaria de Meio  
868 Ambiente. Assim como na FEPAM também estabelecemos o corpo técnico, nós estabelecemos um  
869 Conselho Gestor para sair de lá as normas e os procedimentos técnicos a todas as divisões que compõem o  
870 DEFAP. Eventualmente, dependendo do assunto e dependendo da relevância desse assunto, podemos  
871 chamar os outros parceiros que trabalham conosco, como, por exemplo, Brigada Militar, DRH, no sentido  
872 até de estabelecermos uma rotina única. Além disso, temos que dizer que também trabalhamos e não  
873 foram mencionados aqui outras questões que são pontuais, que dizem respeito à administração diária do  
874 Departamento: Sistema Estadual de Unidades de Conservação, que o Lisandro está tocando pela frente;  
875 regulamentação para a exploração de samambaia-preta; as reservas particulares de patrimônio natural, que  
876 estamos em contato direto com a assembléia. São coisas pontuais e de rotina, mas que vamos conduzindo  
877 de acordo com o que as nossas pernas alcançam e com a colaboração, de todos aqueles que julgamos  
878 envolvidos no assunto. No momento era isso e muito obrigado. **Sr. Presidente:** Então, atendendo  
879 demanda gerada por este Conselho, acho que até fomos pontuais, deu 43 minutos para essa apresentação,  
880 que nós abriríamos se, porventura, algum dos Conselheiros deseje um detalhamento, ou uma explanação  
881 sobre alguns dos itens aqui levantados. Então, passamos para o Item 5, a SAALVE com a palavra.

8823. **Habilitações de Municípios; 4. Apresentações pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente e do**  
883 **Presidente da FEPAM sobre as metas do Governo no tocante a Política Ambiental; 5. Apresentação**  
884 **do trabalho pela efetivação da APA do Banhado Grande pela ONG SAALVE. Sr. Carlos**  
885 **Marchiori:** Boa-tarde, Sr. Secretário, Srs. Conselheiros. Eu vou tentar dar uma introdução, mas primeiro,  
886 gostaria de explicar porque estamos aqui, até agradecendo à AGAPAN, foi através de tratativas com a  
887 AGAPAN que a gente conseguiu espaço aqui. E queremos nos solidarizar com as ONG's gaúchas, sem  
888 entrar no mérito, uma vez que eu coordeno uma ONG gaúcha e nessa qualidade tenho que me solidarizar a  
889 esse boicote que as ONG's estão fazendo neste Conselho, mas não quero perde de foco a oportunidade  
890 para trazer essa luta, que de muito a gente vem batalhando, que é pela APA do Banhado Grande. A APA  
891 do Banhado Grande, eu não quero apresentar a APA e si, porque o que a gente tem como observação hoje  
892 é apresentar a luta pela implementação, para que a APA cumpra os eu verdadeiro papel. Todos sabem que  
893 a APA foi criada por meio de um decreto em 1998, resultado de um trabalho de uma militância que vem  
894 desde 1989, ou seja, o decreto de criação já é resultado de uma luta de 10 anos. A retomada da luta se deu  
895 a partir de 2005, agora, quando a gente criou uma Comissão de Luta pela Efetivação da APA do Banhado  
896 Grande, o que a gente chamou de CLEAPA – Comissão de Luta pela Efetivação da APA do Banhado  
897 Grande. Ela se deu em uma reunião do Conselho Viamonense de Meio Ambiente em julho de 2005. De lá  
898 para cá muito foi feito, essa comissão de luta teve algumas reuniões e na primeira reunião, depois da sua  
899 constituição, já decidi que deveria ser feito um seminário sobre a APA do Banhado Grande, foi neste  
900 auditório, no dia 06-10-2005. Ele teve como título seminário APA do Banhado Grande, uma alternativa à  
901 crise de água do Gravataí. Foi dentro daquele contexto que se passava pela falta de chuva na Bacia do  
902 Gravataí, toda aquela problemática do abastecimento de toda a região metropolitana. Então, a gente achou  
903 bastante conveniente, esse título foi discutido dentro do Comitê de Bacias, foi colocado em votação e o  
904 Comitê adotou para si esse título também, inclusive, as correspondências do Comitê da Bacia do Gravataí  
905 vem no seu rodapé “APA do Banhado Grande, uma alternativa à crise da água no Gravataí”. O que eu  
906 tenho para apresentar para vocês é um cronograma, porque foram vários momentos em que essa comissão  
907 se reuniu, mas o que eu posso dizer é assim: desde julho de 2005 até março a gente reuniu em vários  
908 fóruns de discussão como este, aproximadamente, 500 pessoas, contando com o público de hoje presente.  
909 Após o seminário de outubro tivemos 4 reuniões nos municípios que pertencem à área do Banhado  
910 Grande, quais sejam: Viamão, Gravataí, Glorinha e Santo Antônio da Patrulha. Em cada um desses  
911 momentos a gente levou informações sobre a APA do Banhado Grande, o seu histórico, suas importâncias,  
912 seus objetivos e seu verdadeiro papel como unidade de conservação e desenvolvimento de uso sustentável.  
913 Essa é a grande problemática, é fazer com que a maior APA do Estado do Rio Grande do Sul, que tem  
914 esse status de permitir o desenvolvimento econômico em compatibilização com a preservação ambiental,  
915 pudesse ser efetiva. Ou seja, nós temos na região metropolitana de Porto Alegre hoje a maior APA do  
916 Estado do Rio Grande do Sul que está sofrendo vários conflitos, que vão desde uso do solo, parcelamento  
917 do solo, uso dos recursos hídricos, dos recursos naturais de maneira geral, solo, vegetação, etc. E nós não  
918 temos um instrumento, que seria o Conselho Gestor da APA, seu zoneamento econômico ecológico, seu  
919 plano de manejo. A gente corre um sério risco de daqui alguns anos estar sofrendo na região metropolitana  
920 de Porto Alegre o que São Paulo sofre hoje lá, o problema climático que São Paulo tem hoje é sério, as  
921 chuvas não ocorrem mais na vegetação, na região vegetada de São Paulo, elas passaram a ocorrer na região  
922 urbanizada. Nós temos um problema, que não menos importante, mas um pouco diferente, que é em  
923 função da região metropolitana aqui que a área está situada ser quase que 70% da Bacia do Gravataí, uma  
924 área bastante plana. A gente nem sabe o que poderá ocorrer se a gente não planejar isso. Quando se fala  
925 em planejamento a gente tem uma efervescência de planos, nós temos os planos ambientais que cada  
926 município está fazendo, buscando a sua habilitação para a municipalização, nós temos os planos diretores  
927 que cada município vai fazer. E de que vai adiantar cada plano ambiental desse, ou cada plano diretor  
928 desse senão houver um plano maior? O Secretário bem falou, o ambiente não conhece limites, os limites  
929 que o homem emprega para o limite do seu município são diferentes do limites que o ambiente tem. E nós  
930 temos um contexto ali, por isso a necessidade desse plano da APA do Banhado Grande ser um subsídio ao  
931 planejamento de cada um dos municípios e da própria região metropolitana como um todo. O que eu  
932 gostaria de deixar com o Secretário é uma cópia do documento que foi entregue ao Secretário de Meio  
933 Ambiente, no dia 10-03, onde a coordenação da Comissão de Luta pela Efetivação da APA do Banhado  
934 Grande entrega para o Secretário um relato de todos os momentos, de toda a luta, de tudo que se passou,  
935 desde julho de 2005. E que isso fique claro, isso não é uma luta nossa, a gente apenas retomou e está  
936 botando um gás para ver-se ela sai, porque a gente sabe da importância que tem a APA do Banhado

937 Grande para a região metropolitana de Porto Alegre, para a preservação dos ambientes que aqui se  
938 incluem. Nós temos uma área de influência da APA aqui, uma área de influência indireta, nós temos a  
939 jusante de tudo o que acontece lá, nós estamos sofrendo aqui com isso. Junto a esse documento que a  
940 gente entregou ao Secretário, a gente entregou uma proposta de decreto-lei, onde não criamos nenhuma  
941 coisa nova, a gente apenas fez uma minuta de decreto, onde seria instituído um Conselho Gestor  
942 Deliberativo para a APA do Banhado Grande. Então, o que nos traz aqui é isso, é pedir, sensibilizar este  
943 Conselho para a importância que se faça essa unidade de conservação, especificamente ao  
944 desenvolvimento econômico da região metropolitana de Porto Alegre. Eu teria vários outros fatores para  
945 elencar, para argumentar aqui, mas a memória às vezes falta, porque a gente veio preparado para ter uma  
946 coisa, como um instrumento, uma ferramenta, mas, infelizmente, não deu. Então, a base da nossa vinda é  
947 essa, a gente queria trazer um relato dessa luta, desse trabalho está sendo feito pela sociedade organizada.  
948 Eu gostaria de frisar que nessa andança, nessa articulação institucional que foi feito ao longo desses meses,  
949 inúmeras entidades agregaram-se a nós, inclusive, entidades que a gente tinha muito receio, muito temor  
950 que não se agregasse a nossa luta era a entidade dos produtores de arroz e hoje são um dos que mais  
951 clamam para que haja um regramento na área da APA do Banhado Grande. Eles não estão aqui hoje  
952 porque estão em Gravataí, discutindo a Agenda 21 com o Sérgio Bueno, que veio do Ministério do Meio  
953 Ambiente. Aqui é só uma visualização do que é a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande em  
954 relação a Grande Porto Alegre nos municípios que ela abrange, as rodovias que cruzam por cima dela. É  
955 importante frisar, ela tem a Rodovia RS-40, a Free Way, tem um oleoduto, um gasoduto também, que  
956 cruza os Municípios de Santo Antônio da Patrulha e Glorinha. Isto é a foto de um impacto, foi tirado do  
957 leito do rio Gravataí, em 2005, quando o rio Gravataí chegou a menos 2,5m do nível do mar. Como  
958 geólogo que sou fico perplexo quando vejo uma situação dessas. Aqui é o cronograma da luta, em 26-07-  
959 2005, quando foi constituída a Comissão de Luta pela Efetivação da APA do Banhado Grande em uma  
960 reunião que tivemos na sede do refúgio da Vila Silvestre, Banhado dos Pachecos. Foi uma reunião  
961 chamada pelo Conselho Viamonense de Meio Ambiente e de lá se decidiu que não podia ficar assim, que  
962 alguma coisa a sociedade tinha que fazer. Então, foi um despertar da sociedade para a necessidade da  
963 efetivação. No dia 17 do sem seguinte tivemos a primeira reunião, foi em uma escola em Viamão, onde  
964 já se decidiu que a gente faria o seminário. No dia 06-09 o grupo se encontrou em Gravataí, na ULBRA,  
965 um laboratório de biologia e ecologia da ULBRA, para tratar algumas coisas, decidimos que deveríamos  
966 trazer a experiência de APA's bem sucedidas no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, aí trouxemos o  
967 pessoal da APA Petrópolis, vieram dois técnicos de lá. O seminário foi no dia 06-10, o Seminário APA do  
968 Banhado Grande, foi neste auditório, integrou a Semana Interamericana da Água, foi o evento da Semana  
969 Interamericana da Água e da Semana Estadual da Água. Nós conseguimos manter este auditório cheio  
970 manhã e tarde. A repercussão do seminário no Correio do Povo, a repercussão na própria página da  
971 SEMA, que relatou muito bem pelo setor de imprensa. A seguir as deliberações do seminário: o total  
972 compromisso do, então, Secretário, que era o Adilson Troca, depois tivemos o Mauro Sparta, hoje temos o  
973 Dilda, desse efetivar a APA, de fazer com que a APA cumpra seu papel. Também tivemos o compromisso  
974 de todos presentes fazer o máximo empenho possível, um envolvimento das instituições da área de  
975 abrangência da APA desses quatro municípios. E já estipulamos a data para reuniões nos municípios:  
976 Viamão, Gravataí, Glorinha e Santo Antônio da Patrulha. Também, durante todas essas quatro reuniões, o  
977 compromisso, a idéia era que se fosse trabalhando a constituição do que seria o Conselho Gestor  
978 provisório da APA do Banhado Grande. Saímos dessa reunião com a disponibilização que o Comitê fez  
979 para a comissão, um recurso de 2.500 reais para que a gente rodasse o material de divulgação da APA.  
980 Imediatamente a gente fez esse cartaz, é um cartaz que tem aqui pela SEMA, temos alguns exemplares ali,  
981 dá uma geral da APA, da problemática e o caminho de solução, que para definitiva regulamentação  
982 passaria pela criação do Conselho Gestão, plano de manejo e zoneamento econômico ecológico. Aqui é o  
983 folder que foi feito, o texto é o mesmo do cartaz, um pouquinho mais detalhado, com algumas fotos de  
984 impacto. Eu não vou entrar muito, porque o nosso objetivo não sensibilizar uma coisa que para nós já deve  
985 ser consenso de todos os Conselheiros do CONSEMA, a necessidade disso. Não queremos chamar atenção  
986 para problemas específicos da APA, mas sim uma coisa maior, que transcende problemas pontuais, fatores  
987 que pesquisadores de aves já levantam, que essa área se classificaria como um sítio *ramisa*, mas isso é um  
988 parênteses. Seguindo o cronograma: nós tivemos as quatro reuniões, dia 03-10, daquele ano mesmo, foi  
989 em Viamão, nós aproveitamos uma sessão especial da Câmara de Vereadores; dia 01-11 no SINDILOJAS,  
990 em Gravataí; 24-11 em Glorinha; 22-12 em Santo Antônio da Patrulha. Vejam bem, isso tudo foi feito  
991 com muito trabalho, empenho e dedicação sem ninguém ganhar nada. Dia 10-03 foi entregue esse

992 documento ao Secretário, no qual a gente tinha bastante expectativa, porque o Secretário na época falou, aí  
993 já não era mais o Troca, era o Mauro Sparta, disse que faria todo o empenho e as informações que eu tive é  
994 que o documento chegou a descer para o DEFAP, ou para o Jurídico para ter um parecer, para que ele  
995 pudesse ir para a Casa Civil e ser assinado. A gente ficou aguardando algum retorno e até hoje não  
996 tivemos nada, nenhuma posição. Este é o documento que eu entreguei ao Secretário, é um ofício da  
997 Coordenação da Comissão de Luta fazendo todo esse relato que acabo de fazer para vocês, entregando a  
998 minuta do projeto-lei. Ontem eu estava pesquisando no site da SEMA e achei interessante colocar, que é o  
999 rol das unidades de conservação que a SEMA tem. Eu gostaria só de chamar a atenção que a APA do  
1000 conhecimento não está ali, nós temos um representante da APA que seria o refúgio, mas, infelizmente, a  
1001 APA não está ali. Nós estamos mostrando para provocar, cutucar no bom sentido. Então, era isso, muito  
1002 obrigado. Aqui é a página da nossa entidade, estão todos convidados a entrar. Nós gostaríamos realmente  
1003 de solicitar que este Conselho ajude-nos, porque a gente tem plena convicção de que essa APA tem uma  
1004 importância-chave na sustentabilidade. Fala-se muito em impacto do Rio Grande do Sul, ele tem que  
1005 começar por algum lugar, está começando, a gente está vendo a Assembléia unida, vários partidos  
1006 políticos, isso é muito bonito e a gente tem que começar a arrumar a nossa casa. A APA do Banhado  
1007 Grande é a nossa casa, é a unidade de conservação que a sua área de influência indireta é aqui onde nós  
1008 estamos. Era isso, não vou-me prolongar mais. **Sr. Presidente:** Valeu, eu acho que nós podemos abrir, se  
1009 houver interesse dos Conselheiros, alguns minutos para algum questionamento. Meu caro mestre, a sua  
1010 mensagem foi bastante explícita, devidamente captada e registrada. Assim sendo, o João Paulo já tem um  
1011 encaminhamento aqui, nós vamos conversar sobre o assunto. Aliás, pelo o que eu vejo você já tem alguma  
1012 coisa para nos dizer. **Sr. João Paulo Steigleder:** Eu já fiz o contato com o Chefe da Unidade de  
1013 Conservação e também o gestor do Banhado dos Pachecos, parece que o empecilho para encaminhamento  
1014 do Conselho Gestor está dentro da Casa. Já foi dada a determinação, vamos tratar isso com prioridade, já  
1015 estamos encaminhando em seguida, vamos implementar este Conselho o mais rápido possível. É um  
1016 compromisso nosso. **Sr. Presidente:** Está registrado em ata do Conselho, portanto, vamos cumprir. Caro  
1017 mestre, terá retorno. Inscrições para Assuntos Gerais. Inscrevo-me.; **6. Assuntos Gerais.** No dia 27,  
1018 sábado da próxima semana, terá início a Semana Estadual do Meio Ambiente. A atividade de abertura será  
1019 no Dia da Mata Atlântica, dia 27, um evento que acontecerá em Osório e que terá como um dos focos  
1020 principais o trabalho que vem há algum tempo já sendo feito em relação à sustentabilidade de atividades,  
1021 em especial a coleta da samambaia-preta, que acontece no litoral norte, do qual sobrevivem, segundo  
1022 informações, cerca de 2 mil famílias. Nesse sentido vai estar sendo divulgada a programação da Semana  
1023 do Meio Ambiente e nós convidaríamos a todos para participação, inclusive, uma reunião conjunta dos  
1024 Conselhos Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. **Sr. Carlos Marchiori:** Eu gostaria de  
1025 convidar, e já cobrando, nós temos também previsto um ponto de Pauta, que é a APA do Banhado Grande,  
1026 para o dia 30-05, no Conselho Viamonense de Meio Ambiente. Então, convidamos o Secretário, ou um  
1027 representante, para que se pudesse levar um relato ou já alguma coisa do que está-se encaminhando daqui.  
1028 Vai ser no campus da PUC de Viamão, dia 30, às 14 horas. **Sr. Presidente:** Nesta data estarei na reunião  
1029 do Conselho Nacional de meio Ambiente, em Brasília, mas teremos representação do DEFAP, da SEMA,  
1030 neste seminário. Considerando não existir mais temas para os Assuntos Gerais, declaro encerrada esta 85ª  
1031 Reunião, agradecendo a presença de todos. (Encerra(Encerra-se-se a reunião às 16h36min)